

*Discurso na cerimônia de entrega
de títulos às comunidades negras
remanescentes de quilombos*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE NOVEMBRO DE 1997

Senhor Ministro Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado que estão aqui; Senhor Governador de Goiás, Maguito Vilela; Senhor Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República; Senhores Parlamentares, Deputados, Senadores; Senhor Presidente do Incra, Milton Seligman; Dona Dulce Maria Pereira, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Senhor Atílio Regis Melo; Senhores Representantes dos remanescentes dos quilombos; Senhoras e Senhores,

Acho que nada foi mais expressivo, a respeito deste ato e do sentido simbólico que o Ministro Raul Jungmann mencionou, do que as palavras do Atílio e, sobretudo, as não-palavras, o que mostra o que tem de carga emocional de tantos anos, de tantos séculos em cima de uma comunidade que, no momento em que ela sente que o conjunto da comunidade nacional reconhece um direito seu, se emociona. Não se esquece de reivindicar mais, como é dever dele, mas se emociona e transmite essa emoção a todos nós. Tanto assim que quebrei o protocolo. Nunca ninguém põe nada sobre o peito do Presidente. Aceitei que tivesse aqui uma frase que diz: “Negro, sim”.

Acredito que há momentos na História dos países e dos povos em que precisamos recordar um pouco a História, mas, sobretudo, temos que olhar para frente. Joaquim Nabuco dizia que a escravidão era uma nódoa na consciência de todos os brasileiros. Essa foi a frase que eletrizou, no momento apropriado, aqueles que lutaram pela libertação dos escravos.

Pois bem, a nódoa, hoje, tem outro nome, mas ela pesa sobre muitos negros. Chama-se miséria. Essa é a nódoa que pesa, nos dias de hoje, ainda, sobre a sociedade brasileira. E é para exterminar essa nódoa que todos estamos lutando, cada um à sua maneira, mas lutando.

E aqui, neste momento, quando o Ministro Jungmann faz referência às várias situações dos quilombolas, em várias partes do país: Bahia, Goiás, Pará – os representantes dos Governadores de Goiás e do Pará estão aqui presentes, os da Bahia representados diretamente pelos que assinam os documentos –, vê-se que já existe uma consciência espalhada no Brasil de que temos que repor condições de vida digna e decente para o nosso povo, para o povo brasileiro.

Por poucos que sejam os alqueires de terra, os hectares de terra em que, neste momento, estejamos, com a ajuda da Fundação Palmares, com essa batalhadora que é a professora Dulce Pereira, por pouco que sejam esses avanços, já são avanços, já são sinais significativos de que o Brasil reconhece os erros do passado e está corrigindo no presente, na medida do possível, e apontando para um futuro melhor. E esse futuro melhor requer comprometimentos nossos, de cada um de nós, para o avanço social no Brasil. E avanço social não se faz com discurso. De vez em quando, é bom um discurso. Mas o avanço se faz é na luta concreta para mudar as condições de vida.

E essa luta concreta implica muitos níveis de trabalho. Um deles o Ministro Jungmann mencionou. Foi preciso mudar, como estamos mudando, o arcabouço jurídico do Brasil em aspectos sensíveis, como a questão da terra, para que pudéssemos, então, dar andamento aos movimentos que realmente desejam terra para quem precisa trabalhar na terra.

Disse outro dia e repito agora: por sorte para nós, o latifúndio no Brasil começa a ser tigre de papel. Ele ainda tem uma certa fisionomia

que não nos agrada, mas já não tem mais a capacidade de dar o salto do tigre e nem de avançar com a ferocidade que nem os tigres têm, mas que o latifúndio teve no Brasil.

Por certo, nessa imensidão do nosso país, ainda há regiões onde o latifúndio pesa. Ainda há regiões em que a lei não chega a entrar. Ainda há regiões nas quais o Estado não tem sua presença e onde o peso antiquado do latifúndio aparece sob a forma da violência. Mas ele já não tem mais força política para impedir as reformas que estamos levando adiante. Não foi capaz de impedir o novo Imposto Territorial Rural. Não foi capaz de impedir a legislação que se aprovou, relativa à possibilidade de avançar mais rapidamente nas decisões das pendências judiciais que pesam sobre a terra, o chamado rito sumário, para que a Justiça possa andar mais depressa e impedir que haja tramóias mil para que não se concluam os processos de desapropriação da terra.

Mas não é só o latifúndio perdendo a força e o Congresso assumindo, como tem assumido – e, ainda ontem, mais uma vez – uma posição de competência, de coragem de fazer as reformas necessárias para que o Brasil possa avançar. É mais do que isso. A sociedade também, independentemente do seu setor político, está avançando. Está avançando e, por isso mesmo, o Incra e o Ministério da Reforma Agrária estão propondo, com o BNDES, novas formas que vão acelerar ainda mais o processo de acesso a terra, através da utilização dos próprios mecanismos de mercado, para que possamos comprar terra barata. E, por sorte, a terra está barata, porque, com o Real valendo como vale, a terra perdeu a qualidade que tinha antes de ser reserva de valor e os preços caíram fortemente. E, agora, com o Imposto Territorial Rural, que vai onerar fortemente a terra não produtiva, os preços vão cair mais ainda e vamos utilizar os mecanismos disponíveis para oferecer terra, sem nem mesmo termos a necessidade de utilizar a desapropriação, porque será terra barata e terra mais acessível.

É questão de um pouco mais de tempo, um pouco menos de tempo, e essa fome pela terra vai ser saciada. Quando assumimos o Governo, muita gente não acreditava que fosse possível, primeiro, alterar a legislação; segundo, destinar recursos; terceiro, mobilizar as energias, ainda

muito débeis, do próprio aparelho burocrático, porque precisamos de mais reformas para avançar mais. Não se acreditava nas metas.

O Ministro acaba de dizer que, neste ano, vamos cumprir a meta de 80 mil famílias assentadas. Já teremos assentado, ao fim desse terceiro ano de Governo, até novembro, 173. 956 famílias.

Se olharmos o que foi feito no Brasil desde sempre, não sei se vai se chegar ao mesmo número que chegaremos ao fim deste meu mandato. Ao fim do quarto ano de governo, teremos alcançado – o que disse que faria na campanha eleitoral – 280 mil famílias. E os nomes delas estão aí. O registro de cada uma delas está aí. Vamos publicar um livro contendo esses nomes.

É um processo em marcha. E como temos também, agora, essa possibilidade de agilizar, mais ainda, com esses recursos, diretamente, a compra da terra, esse processo não será mais detido, no Brasil. E como não existem mais os entraves jurídicos, vamos avançar. E esse é um processo que toma velocidade; uma questão de 10 anos, 15 anos, quanto menos melhor. E teremos resolvido um problema que os séculos anteriores legaram a este século e que, infelizmente, somente agora, com o vigor necessário, temos avançado.

Para que tenham uma idéia do que significa isso, desapropriamos, até novembro, 1.322 fazendas. São 1.322 imóveis. Criamos 1.132 novos projetos de reforma agrária. Isso corresponde a 4.789.712 hectares. Quase 4.800.000 hectares. O Ministro já anunciou que, só na questão do INSS, com as terras postas à nossa disposição, graças à nossa ação junto ao Banco do Brasil e aos devedores do INSS, vamos ter de um a dois milhões de hectares. Quando chegamos a três milhões de hectares, o Ministro Jungmann disse – a estatística é dele – que isso equivalia a uma Bélgica. Provavelmente, agora, deve ser uma Holanda, que é um pouco maior que a Bélgica. Isso deve corresponder a mais que o Estado de Alagoas. Talvez, Alagoas e Sergipe, juntos, para que se tenha uma idéia do esforço que está sendo feito neste país.

Esse esforço não é só do Governo. Se não houvesse luta, se não houvesse reivindicação de todos os setores, de oposição, de gente que apóia e de vários partidos, de sem-partidos, se a sociedade não se tivesse

movimentado, não teria sido possível criar a consciência nacional que levou a essa modificação. Mas o Governo se orgulha de dizer que, em vez de se colocar como uma barreira a esse movimento de expansão da propriedade, de pequena propriedade, da reforma agrária, se colocou como uma ponte para facilitar o trânsito das pressões e para negociar, legitimamente, os interesses daqueles que também têm interesse, que são proprietários e que quando têm a terra produtiva, esta tem de ser respeitada e será respeitada.

Temos muita terra. Sim, me diz o Ministro, e é verdade, é o recorde da terra. Isso aqui é o recorde da terra. É o recorde histórico, em termos de assentamento. É o recorde histórico, em termos de tamanho da propriedade. Mas, me permitam os das comunidades dos quilombos, que estejam aproveitando um fato de reforma agrária junto com a questão dos quilombos. Apenas, ampliei uma perspectiva para dizer que a reivindicação tem que ser uma reivindicação, hoje, que se atenda pelas modificações da sociedade. E é possível. Estamos fazendo e continuaremos a fazer.

E não quero deixar de dizer que a razão pela qual estamos hoje, aqui, é porque hoje é o Dia de Zumbi. Hoje é um dia festivo, de comemoração da resistência negra, e o fato de os senhores terem alcançado, hoje, um título de propriedade faz parte dessa luta, porque os senhores também foram resistentes, e são resistentes.

O próprio Ministro mostrou que vêm do século XVIII algumas dessas ocupações. E, portanto, é uma fusão entre a mitologia e, mais do que a mitologia, uma espécie de Panteão dos heróis nacionais, no qual inscrevemos Zumbi, com essa luta concreta dos dias de hoje e com a disposição democrática dessa sociedade de continuar avançando. O Governo, através do Presidente da República, se solidariza com este dia, com essa festividade, com essas reivindicações e se alegra de ter podido atender, ainda que em tamanhos limitados, às reivindicações, que são muito antigas.

Termino pedindo que, agora, ao darem os aplausos, que normalmente se dão, ao final das palestras de cada pessoa, que esses aplausos, hoje, sejam para toda a comunidade negra.

Muito obrigado. E eu também aplaudo.

